



Ofício nº 2.255/98

Prefeitura Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

Mococa, 23 de Novembro de 1998.

Fls. n.º 2		
Proc. 917-88		
CÂMARA MUNICIPAL		
MOCOCA -		
PROTOCOLO		
Número	Data	Rubrica
2.251	23/11/98	[Assinatura]

Sr. Presidente:

DESPACHO
Para o Expediente da
Próxima Sessão
CM em 23/11/98
[Assinatura] Presidente

Temos a honra de encaminhar à Vossa Excelência e Nobres Edis, o Projeto de Lei anexo para análise e votação, nos termos do art. 39 da Lei Orgânica Municipal, pelos motivos que seguem:

Visa o presente Projeto de Lei em instituir a taxa de fiscalização sanitária e auto de vistoria, a ser cobrada dos estabelecimentos que comercializem ou industrializem gêneros alimentícios em nosso município.

Referida taxa, tem por fundamento o efetivo poder de polícia, qual seja, a faculdade que detêm a Administração de proceder a diligências, vistorias e outros atos administrativos junto aos estabelecimentos afetos a área de gêneros alimentícios, possibilitando assim, um efetivo controle das mercadorias colocadas à disposição da população.

Portanto, o Projeto de Lei em apreço reveste-se de suma importância à Administração, beneficiando toda a coletividade e não se traduzindo em aumento de encargos tributários, uma vez que em contrapartida, outro Projeto de Lei, a ser remetido nesta mesma data, estabelece que a Taxa de Licença e Funcionamento, cobrada até o momento anualmente, passará a ser devida uma única vez, compensando-se desta forma a perda de receitas.

DESPACHO

A(s) Comissões Justiça
Finanças e Educação
Sala das Comissões 23/11/98
[Assinatura]
CIDO ESPANHA
PRESIDENTE

[Assinatura]



Prefeitura Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

Merece o presente Projeto de Lei, a devida aprovação por essa Douta Câmara, justificando-se a solicitação de urgência por encontrar-se próximo o recesso legislativo e pela necessidade de aplicabilidade da lei em apreço, já no próximo exercício.

Acresce, ainda, que em consequência da municipalização da fiscalização dos estabelecimentos que comercializam e industrializam alimentos, há necessidade de ser atualizada nossa legislação tributária, permitindo-se cobrir os gastos efetivamente realizados com essa fiscalização.

Ao ensejo, apresentamos protestos de estima e distinta consideração.

Dr. WALTER DE SOUZA XAVIER
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
APARECIDO ESPANHA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
MOCOCA - SP



Prefeitura Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 119 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1998.

INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E AUTO DE VISTORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dr WALTER SE SOUZA XAVIER, Prefeito Municipal de **Mococa**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal em sessão realizada no dia de de 1998 aprovou o Projeto de Lei nº .. e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Taxa de Fiscalização Sanitária e Auto de Vistoria fundada em Poder de Polícia do Município em decorrência da fiscalização e vistoria dos estabelecimentos, cujas atividades envolvam: a comercialização e industrialização de gêneros alimentícios, saúde, e outras categorias mencionadas na presente Lei.

Art. 2º - O fato gerador da taxa é o efetivo exercício do poder de polícia, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos, em razão do interesse público com relação à higiene, saúde e ordem sanitária.

Art. 3º - O sujeito passivo da taxa é qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique: à industrializar ou comercializar gêneros alimentícios, atividades comerciais ou prestadoras de serviços relacionados à saúde e outras atividades mencionadas nos artigos 4º e 5º e seus parágrafos que ficarão sujeitas à Vistoria Sanitária da Divisão de Fiscalização Sanitária e Epidemiológica, da Secretaria Municipal de Saúde e ao pagamento da Taxa de Fiscalização Sanitária e Auto de Vistoria.

§ 1º - Após as diligências, serão concedidos Alvarás Sanitários, para os estabelecimentos industriais e comerciais e prestadores de serviços e do Certificado de Vistoria para veículos automotores ou não, que transportem ou vendam gêneros alimentícios, bem como os estabelecimentos relacionados no Inciso I do Artigo 4.

Wes

5
91798



Prefeitura Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

§ 2º - O Alvará Sanitário e Certificado de Vistoria somente será expedido após o pagamento da taxa.

§ 3º - A taxa de Fiscalização Sanitária e o Auto de Vistoria, será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades, anualmente, antes das novas diligências e em caso de mudança do local do estabelecimento, haverá nova incidência da taxa, bem como os veículos destinados ao transporte ou comércio de gêneros alimentícios e também os estabelecimentos relacionados no Inciso I do Artigo 4.

Art. 4º - O Alvará será específico para as seguintes categorias:

I - 1ª. Categoria - entrepostos de carnes e pescados - fábricas de massas, doces, bebidas e conservas vegetais - supermercados - atacadistas de gêneros alimentícios e bebidas - torrefação, moagem e empacotamento de café - benefício, rebenefício, moagem e empacotamento de cereais, açúcar e especiarias - lavagem, brilho e embalagem de frutas, farmácias, drogarias e distribuidoras de medicamentos, estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, como consultórios odontológicos, laboratórios de análise clínicas, etc...

II - 2ª. Categoria - churrascarias - padarias e confeitarias, depósitos de gêneros alimentícios e bebidas - depósitos e distribuição de águas minerais - empacotamento de açúcar, cereais e especiarias - fábrica de gelo, hotéis, motéis, pousadas - restaurantes - pizzarias - rotisseries - sorveterias com venda ambulante.

III - 3ª. Categoria - açougues e casas de carnes - armazéns de secos e molhados - empórios - mercadinhos - mercearias - bar de clubes - casas de frios e laticínios - casas de frutas, verduras e legumes (sacolão) - doçarias - casas de frango assado e similares - casas de aves abatidas - bares e lanchonetes - peixarias - bar com copa quente - sorveterias com venda só no balcão - trailers.

IV - 4ª. Categoria - casas de café, sucos e garapa - leiterias - quitandas - depósitos de pães e produtos de padarias - pensões.

V - 5ª. Categoria - ambulantes de gêneros alimentícios - cantinas escolares - botequins - venda em feiras de produtos perecíveis (proibida a venda de carnes de qualquer natureza) - carrinhos de lanches, churros e garapa.

W



Prefeitura Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

6
917 98 98

Gabinete do Prefeito

§ 1º - Havendo denominação não constante das categorias enquadradas no artigo supra, esta se fará na categoria que mais se aproximar.

§ 2º - Havendo para o mesmo estabelecimento mais de uma categoria, a Vistoria cobrada será a de maior valor.

Art. 5º - O certificado de Vistoria, será específico para as seguintes categorias :

I - 1ª. Categoria -

- a) Empresas especializadas na aplicação de inseticidas e raticidas;
- b) Piscinas e saunas de uso público;

II - 2ª. Categoria - Barbearias, institutos de beleza e estabelecimento afins.

III - 3ª. Categoria - Veículos automotores ou não, que transportem ou vendam gêneros alimentícios.

Parágrafo Único - Aos veículos referidos no Inciso I deste Artigo, fica vedado o uso para outras finalidades.

Art. 6º - À falta de cumprimento das obrigações referidas no Artigo 3º e seus parágrafos, serão impostas penalidades de 80% (oitenta por cento) do valor da taxa devida ao contribuinte infrator.

Art. 7º - A taxa de Fiscalização Sanitária e Auto de Vistoria será calculada e devida de acordo com a Tabela anexa, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 8º - A taxa será lançada em nome do contribuinte, de acordo com os dados no cadastro de contribuintes da Fazenda Municipal.

Art. 9º - A falta do pagamento da taxa no prazo previsto em guias ou notificações expedidas, acarretará a penalidade de uma multa de: ?

W



Prefeitura Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

- atraso,
dias de atraso,
ou fração.
- I - 10% (dez por cento) para pagamento até 30 (trinta) dias de
 - II - 20% (vinte por cento) para pagamento acima de 30 (trinta)
 - III - Juros Moratórios de 1% (hum por cento) por mês em atraso,

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Mococa SP, 23 de novembro de 1998

Walter de Souza Xavier
Dr Walter de Souza Xavier
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

Taxa de Fiscalização Sanitária e Auto de Vistoria

PROJETO DE LEI N°

TV. Rec. Sem fme

?

Alvará Sanitário:

Percentual sobre a

UFM

1° Categoria.....	198%
2° Categoria.....	112%
3° Categoria.....	84%
4° Categoria.....	56%
5° Categoria.....	28%

Certificado de Vistoria:

Auto 1122

1° Categoria.....	112%
2° Categoria.....	84%
3° Categoria.....	56%

WZ

PROCESSO Nº.918/98

-

PROJETO DE LEI Nº.119/98

Recebimento para estudo e parecer em 24 / 6 / 1998
 com o prazo de 6 dias
 vencível em 30 / 11 / 1998
 Sala das Comissões Permanentes
 da Câmara Municipal de Mococa.
 Presidente
 Comissão de Festas

Designo Relator a Pauta de 24 / 11 / 98
 com prazo de 3 dias vencível em 26 / 11 / 98
 Sala das Comissões
 Presidente

Recebimento para estudo e parecer em 24 / 8 / 1998
 com o prazo de 8 dias
 vencível em 30 / 11 / 1998
 Sala das Comissões Permanentes
 da Câmara Municipal de Mococa.
 Presidente
 Comissão de Documento - Financeira e Contabilidade

Designo Relator a Pauta de 24 / 11 / 98
 com prazo de 3 dias vencível em 26 / 11 / 98
 Sala das Comissões
 Presidente

Recebimento para estudo e parecer em 24 / 11 / 1998
 com o prazo de 6 dias
 vencível em 30 / 11 / 1998
 Sala das Comissões Permanentes
 da Câmara Municipal de Mococa.
 Presidente
 Comissão de Educação

Designo Relator a Pauta de 24 / 11 / 98
 com prazo de 3 dias vencível em 26 / 11 / 98
 Sala das Comissões
 Presidente



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REFERÊNCIA :-

INTERESSADO :-

RELATOR :-

ASSUNTO :-

Como relator da matéria acima epigrafada, e dentro das atribuições desta Comissão, após estudos da mesma, a propositura tem plena procedência quanto ao aspecto Constitucional, Legal e Regimental, e estando meritoriamente embasada, resolvo acolhê-la da forma como está redigida, exarando parecer FAVORÁVEL, à sua aprovação.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, _____ de _____ de _____.

Relator

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

Sala das Comissões, _____ de _____ de _____.

Sponand



Câmara Municipal de Mococa

COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO

Ref. - Projeto de Lei nº. 119/98.

Interessado - Prefeito Municipal de Mococa

Assunto - institui Taxa de Fiscalização Sanitária e Auto de Vistoria e dando outras providências.

Relator - Vereador - JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO.

Na qualidade de Relator do Projeto de Lei nº. 119/98, de autoria do Nobre Prefeito Municipal, instituindo a Taxa de Fiscalização Sanitária e Auto de Vistoria e dando outras providências correlatas, embora desconhecendo até a presente data o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é matéria constitucional não sendo seu andamento agravado com qualquer entrave, podendo até mesmo ter pleno acolhimento sob o aspecto constitucional.

Mas do ponto de vista, quanto ao mérito, segundo nosso entendimento a propositura peca desde o início, é uma providência essa de iniciativa do Executivo que classificamos de inconcebível, a criação de novos ônus, para ser acrescentado ao já pesado fardo que carrega o contribuinte municipal de tributações.



Câmara Municipal de Mococa

O raciocínio é óbvio, simples e objetivo, se vivemos num regime de inflação contida, onde até se fala em meios oficiais de deflação, como poder-se-á falar em aprovação de um instrumento de tributos.

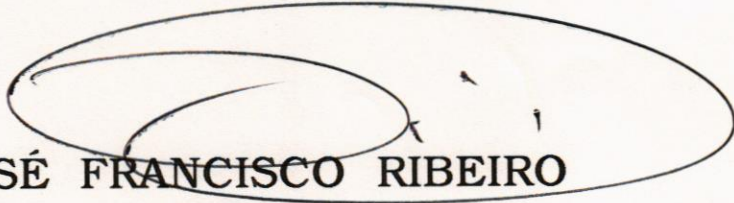
O que também nos induz a contradizer o Projeto em questão é a forma de punição do inadimplente na proposição que vai até 80% do valor da Taxa prevista como ainda por atraso de pagamento esta cominada multa que vai até 20% acrescido de juros moratórios.

Ademais parece que o erário público não está interessado no recolhimento de suas taxas, haja visto o que acontece com as taxas de feiras livres.

Assim sendo somos de parecer pela rejeição do projeto em questão.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 25 de Novembro de 1.998.



JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO
Relator



Prefeitura Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

Ofício nº 2.336/98

Mococa, 04 de Dezembro de 1998.

CÂMARA MUNICIPAL — MOCOCA —		
PROTOCOLO		
Numero	Data	Rubrica
2.355	07/12/98	<i>[Signature]</i>

Retirada
APROVADO
Sala das Sessões 7/12/98
[Signature]
CIDO ESPANHA
Presidente

Sr. Presidente:

Pelo presente, vimos a presença de Vossa Excelência solicitar a retirada do Projeto de Lei nº 119/98, requerendo a sua devolução, em razão da substituição por novo projeto, encaminhado pelo Ofício nº 2.341/98.

Ao ensejo, renovamos protestos de estima e consideração.

Walter Souza Xavier
DR. WALTER DE SOUZA XAVIER
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
APARECIDO ESPANHA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MOCOCA - SP



Câmara Municipal de Mococa
Estado de São Paulo
|||

Mococa, 09 de Dezembro de 1.998.


Of. nº. 959/98-CM.

Senhor Prefeito,

Em atenção aos ofícios nºs. 2.336, 2.337 e 2.338/98, estamos passando às mãos de Vossa Excelência, em devolução os Projetos de Leis nºs. 119, 118 e 120/98, respectivamente.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente


CIDO ESPANHA
Presidente

AC/DC

Exmo. Sr.
Dr. Walter de Souza Xavier
DD. Prefeito Municipal
Mococa